

## 5. Corrupção política, segredo de justiça e cobertura televisiva: o caso dos *Submarinos*

Patrícia Contreiras

Centro Investigação Media e Jornalismo

Èrica Anita Baptista

Universidade Federal de Minas Gerais

### Introdução

A corrupção é um dos fenómenos que atenta contra o bom exercício dos serviços públicos afetando a qualidade de vida dos cidadãos. Constitui, também, um fator de descrédibilização da representação política, erodindo a legitimidade e consequente estabilidade do regime democrático (Moisés, 2010). Assumimos, aqui, considerando a ausência de um consenso teórico, que a corrupção política pode ser entendida como o uso ilícito da autoridade e do poder para benefício próprio em detrimento do bem-estar da sociedade.

Atualmente, a corrupção tem crescido em termos de visibilidade nos meios de comunicação dos regimes políticos democráticos (Mesquita, Moisés & Rico, 2014). E a perceção que os cidadãos têm do fenómeno tem sido mensurada periodicamente por reconhecidas instituições internacionais, tais como a Transparência Internacional<sup>34</sup>, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, a Organização das Nações Unidas e a União Europeia.<sup>35</sup> Se, por um lado, diversas pesquisas sinalizam que os meios de comunicação são importantes fontes de informação para os cidadãos – e são consideráveis os índices de confiança que estas instituições registam – por outro lado, muitas investigações indiciam que a cobertura jornalística de casos de corrupção condiciona a perceção do fenómeno, numa lógica de “indústria mediática do escândalo” (Heidenheimer, Johnston & Levine, 1999; Thompson, 2002).

Os *media* não são apenas importantes na construção da perceção pública sobre a corrupção política, mas têm um papel fundamental no seu combate, ativando mecanismos

<sup>34</sup> Relatório: Corruption perceptions index 2015. Disponível em <http://www.transparency.org/cpi2015> e <https://transparencia.pt/tag/2015/>. Acesso em: 15 jan. 2016.

<sup>35</sup> Relatório da Comissão Europeia sobre corrupção. Disponível em [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr\\_2014\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/organized-crime-and-human-trafficking/corruption/docs/acr_2014_en.pdf). Acesso em: 15 jan. 2016.

de alerta e consciencialização públicas ao detetarem, publicitarem e dramatizarem estes fenómenos (Sousa, 2011:75). Simultaneamente, os meios de comunicação, por meio dos jornalistas, buscam informação sobre a corrupção, normalmente a partir dos agentes da justiça e dos tribunais. A revelação de fenómenos de corrupção cabe na perfeição na missão que se atribui ao jornalismo moderno: a da defesa inequívoca do interesse público e a vigilância intransigente da ordem jurídica democrática e constitucional. A adequação destes casos à missão jornalística pode ser uma hipótese para justificar as violações do segredo de justiça a que, muitas vezes, os jornalistas e os seus *media* se expõem (Évora, 2004; Gascón, 2013).

O papel dos *media* na cobertura de fenómenos de corrupção está estudado em vários países e justificou a execução do projeto de investigação *Corrupção política nos media: uma perspetiva comparada*, sediado no Centro de Investigação Media e Jornalismo, localizado na Universidade Nova de Lisboa. O projeto dedicou-se ao estudo da cobertura jornalística de quatro casos mediáticos de corrupção política – *BPN*, *Face Oculta*, *Freeport* e *Submarinos* –, entre 2005 e 2012, nos *media mainstream* e nos *blogs*.

Este artigo incide sobre a cobertura jornalística televisiva em prime-time de três emissoras nacionais de sinal aberto – *RTP1*, *SIC* e *TVI* –, em 2010, com enfoque num dos casos de corrupção que, alegadamente, causou sérios prejuízos financeiros ao Estado português: o caso *Submarinos*. Fazemos, também, uma reflexão sobre como a cobertura jornalística televisiva trata a questão do segredo de justiça.

Algumas questões nortearam a nossa investigação: Quais as características da cobertura jornalística televisiva no caso *Submarinos*? É possível identificar algum padrão? As informações foram reportadas a partir de fontes policiais e político-partidárias? Qual foi o papel atribuído, nos noticiários, à justiça no desenrolar da investigação? O jornalismo privilegiou o escândalo e a espetacularização em detrimento do debate público e do aprofundamento da democracia?

Para respondermos a tais inquietações, partimos da análise dos dados extraídos das peças televisivas em contraponto com teorias e conceitos da corrupção política e dos efeitos dos *media*, sobretudo o agendamento.

Esta análise assume-se como relevante do ponto de vista científico, contribuindo para o estudo e compreensão das tendências da cobertura jornalística do tema da corrupção em Portugal (Serrano & Calado, 2015).

## 1. Corrupção: abordagens teóricas e percepção

Numa perspetiva ampla, a corrupção pode ser compreendida como o uso ilegal do poder ou da influência para enriquecimento próprio ou obtenção de algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais, ou leis em vigor. A corrupção tem várias faces, podendo ser observada no âmbito privado ou público, em grande ou pequena escala, centralizada ou não e, ainda, envolvendo ou não roubo ou apropriação indevida.

Mesmo sem um consenso teórico, assinalam-se duas vertentes de estudos que se iniciaram a partir do século XX, designadamente a “teoria da modernização” e a teoria do *rent seeking*. A primeira, iniciada após a 2ª Guerra Mundial, nos Estados Unidos, tenta encontrar no sistema organizacional dos países industrializados as variáveis sociais que tiveram na mudança a base para o desenvolvimento. O processo de desenvolvimento político e económico tende a produzir desigualdades e instabilidade política, além de corrupção. Desse modo, a corrente da modernização observa a mudança social em grandes dicotomias, como em nações sub e desenvolvidas, por exemplo. A corrupção representaria, portanto, um momento de mau funcionamento das organizações que não se adaptaram às mudanças e que não apresentam uma situação satisfatória de institucionalização política (Huntington, 1968). A conclusão dessa vertente de estudos é que a corrupção é um fenómeno mais típico das sociedades subdesenvolvidas do que das desenvolvidas, pois as primeiras teriam organizações mais precárias e desorganizadas, proporcionando oportunidades para se acomodarem corruptos e corruptores.

Quanto à abordagem do *rent seeking*, que se consolida a partir da década de 1990 do século passado, esta defende que a ocorrência de corrupção tende a instalar-se nas relações entre sectores públicos e privados, sob a forma de decisões públicas, que potenciam interesses privados e proporcionam subornos e “luvas” a agentes públicos (Rose-Ackerman, 1999, 2002). A corrupção estaria relacionada, então, com um comportamento conhecido como *rent seeking*, no qual os agentes – públicos e privados procuram maximizar os seus lucros privados ao contornar regras de conduta estabelecidas.

A dificuldade em definir a corrupção não se restringe às fronteiras teóricas, mas passa também pelo problema de qualificá-la enquanto crime, o que é agravado, muitas vezes, pelos obstáculos que existem à compreensão do contexto de ocorrência da corrupção, bem como dos seus efeitos na opinião pública. Assim, mensurar diretamente a corrupção torna-se inviável, sendo necessário recorrer a medidas indiretas. Entre os indicadores indiretos da corrupção podemos destacar: a vitimização; a percepção da corrupção; a tolerância; e os dados de agências governamentais de controlo da corrupção. As investigações recentes

têm utilizado com algum sucesso os indicadores de percepção, como medida indireta da corrupção. Sobre esta, Casas & Rojas (2008) alertam que “corrupção” e “percepção da corrupção” são conceitos distintos. A corrupção trata da ocorrência do problema, ao passo que a percepção explica a sensação que os cidadãos têm na interpretação do seu cotidiano, a partir de uma série de fatores que envolvem a sociedade.

Tanto a definição do que é a corrupção como a percepção do fenómeno podem ser consideradas como um problema cultural, na medida em que dependem de como a sociedade compreende as regras e, ainda, de como esta interpreta os desvios (Melgar, Rossi & Smith, 2010; Baptista & Fraiha, 2014). Uma das grandes dificuldades reside em compreender como a corrupção se apresenta de acordo com o contexto, o posicionamento e o julgamento da opinião pública, o que torna impraticável mensurar diretamente a corrupção.

## 2. Escândalos políticos mediáticos e os efeitos dos *media*

A centralidade dos meios de comunicação nas últimas décadas do século passado alterou as relações entre os campos político e mediático. Os *media* surgiram como campo hegemónico, promovendo a publicitação, estimulando o debate e conferindo visibilidade aos atos de poder. Considerando esta centralidade, partimos do pressuposto de que a percepção da corrupção é condicionada, sobretudo, pela cobertura mediática dos casos que segue a ótica do escândalo (Lambsdorff, 2000; Power & González, 2003). A esse respeito, são diversos os estudos que confirmam a crescente visibilidade dos casos de corrupção nos meios de comunicação e a sua abordagem pela perspetiva do escândalo (Baptista, 2015; Cunha, 2014; Telles, Fraiha & Lopes, 2014).

Um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores responsáveis por regular as relações pessoais, políticas ou económicas, por exemplo, pode ser caracterizado como um escândalo, independentemente da sua classificação, seja ela política, mediática, sexual, ou outra (Thompson, 2002; Paixão, 2010). O escândalo político envolve agentes e ações dentro do campo político, e os efeitos atingem as relações dentro desse campo. A aquisição e o exercício do poder político está relacionado, entre outras formas, com o uso do poder simbólico. O poder simbólico seria a capacidade de influenciar no curso dos acontecimentos e das ações, e mesmo de criar acontecimentos. Desse modo, o escândalo diz respeito à luta pelo poder simbólico, e os *media* revelam os acontecimentos previamente ocultos (Thompson, 2000).

Se abordamos a centralidade dos *media* nas sociedades contemporâneas e nos

referirmos à sua capacidade de transformar um acontecimento em escândalo, é oportuno destacar algumas estratégias de operacionalização dos acontecimentos pelos meios de comunicação, como as hipóteses do *agenda-setting*. Para essa perspectiva, os *media* constroem uma representação da realidade, ao dar destaque a determinados assuntos e hierarquizar a importância dos acontecimentos e, também, ao apontar ao público os temas sobre os quais é importante discutir e ter uma opinião.

As hipóteses iniciais sobre o agendamento dos *media* tratavam da sua capacidade em influenciar o comportamento do indivíduo. Em 1958, houve a primeira menção ao *agenda-setting*, quando Norton Long afirmou que os jornais pautavam e influenciavam os leitores, na medida em que agendavam os debates na sociedade. A partir da década de 1970, as investigações acerca da hipótese do agendamento dedicaram-se aos efeitos sociais dos meios de comunicação (McCombs & Shaw, 1972).

De acordo com Porto (2004), os teóricos do *agenda-setting* acreditavam que os *media* não teriam capacidade de dizer às pessoas “o que pensar”, mas seriam muito eficazes a dizer às pessoas “sobre o que” pensar, ou seja, quais os temas importantes sobre os quais qualquer cidadão deveria estar informado e ter uma opinião.

O conceito de enquadramento (*framing*) vem completar a ideia de agendamento, constituindo um “segundo nível de efeitos” (Porto, 2004). O importante não é apenas a forma como a cobertura dos *media* afeta as temáticas da ordem do dia, a agenda do público – “sobre o que” as pessoas pensam (primeiro nível de agendamento) –, mas é necessário acrescentar o(s) modo(s) “como” o público pensa acerca desses temas – o enquadramento. Ao salientar alguns aspetos da notícia, os *media* determinam o seu enquadramento, ou seja, para além de fornecerem uma definição particular ou própria ao evento, orientam também a sua interpretação (Goffman, 1974).

Scheufele (2000) reforça que o *agenda setting* é considerado uma hipótese ou uma formulação, por ter um caráter mais especulativo do que propriamente teórico. E destaca que os estudos avançaram e trabalharam melhor a ideia do agendamento, sugerindo que o enquadramento e o *priming* seriam um complemento, o que tornaria mais compreensível essa proposta.

Outra conceção de efeito dos *media* é a premissa do *priming*, segundo a qual, o conteúdo dos *media* pode ativar certos esquemas mentais que, por sua vez, influenciam, por exemplo, a avaliação do público a respeito de figuras públicas ou temas (Iyengar & Kinder, 1987; Weaver, 2007). No processo de receção e processamento das informações, os indivíduos desenvolvem traços de memória, ou marcas de ativação (Collins & Loftus,

1975). E a informação que passa pelos traços de memória e pelos atalhos de ativação influencia informações subsequentes, pois já deixaram os seus registos.

### 3. Cobertura jornalística e segredo de justiça

É cada vez mais notória a visibilidade mediática dos assuntos relacionados com o campo da justiça. Araújo (2013) assinala que as questões do direito e da justiça se têm tornado assuntos de interesse dos meios de comunicação, sobretudo a partir da década de 1970, quando se percebeu uma maior ocorrência ou maior conhecimento de processos judiciais. Os *media*, nomeadamente a televisão, observaram a eficiência noticiosa que a visibilidade dos crimes poderia carregar em termos de audiências e captação de atenção (Araújo, 2013; Santos, 2005). São, portanto, acontecimentos que, de um modo geral, acabam por se enquadrar nos critérios dos valores-notícia (Traquina, 2005).

Na última década, o jornalismo português, não obstante a anemia das redações em matéria de recursos financeiros e humanos, tem-se mostrado atento e disponível para a cobertura de fenómenos de corrupção política, escrutinando-os e dando-lhes visibilidade junto dos cidadãos. Como refere Cunha, o enfoque dado à corrupção política e à sua perceção é tributário “da informação veiculada pelos *media* e sobretudo, no caso português, da cobertura intensiva e extensiva que a televisão faz de determinados casos envolvendo políticos ou ex-políticos que desempenham, ou desempenharam, altos cargos na democracia”. Para a autora, é no início do milénio que Portugal, mergulhado num quadro de crise económica crescente, é palco de uma maior “visibilidade das denúncias de corrupção política nos *media*.” (Cunha, 2014: 263).

Neste contexto, temas decorrentes da nossa ordenação jurídica e constitucional, como a presunção da inocência, o direito ao bom nome dos cidadãos ou a não perturbação das investigações judiciais têm ocupado o palco mediático, designadamente nas televisões. Isto remete-nos para as questões relacionadas como o segredo de justiça, com que se têm confrontado tanto agentes judiciários, como jornalistas, no exercício do seu direito de (se) informar.

O segredo de justiça em Portugal está constitucionalmente assegurado pelo artigo 20º da Constituição da República Portuguesa (CRP) (Anexo 1, Quadro 1) e consagrado no Decreto-lei nº48/2007, de 29 de agosto, artigo 86.º do Código do Processo Penal (CPP) (Anexo 1, Quadro 2).

No âmbito da conceptualização do segredo de justiça, o CPP define o seu regime legal no quadro das investigações criminais em Portugal. Com raízes no CPP de 1987 (Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro), as alterações de 2007 (Lei n.º 48/2007, de

29 de agosto) definem que o segredo de justiça passa a ser aplicado a todas as fases do processo penal e não apenas às suas fases iniciais (Prior, 2011: 1290). Nos termos dos parágrafos 1, 2 e 3 do artigo 86.º (*Publicidade do processo e segredo de justiça*) fica claro que, apesar do processo penal ser público, o Ministério Público ou qualquer uma das partes podem determinar ou solicitar que o processo decorra sob o segredo de justiça.<sup>36</sup>

Este era o regime que, tanto quanto se sabe, estava aplicado ao processo do nosso objeto de estudo, uma vez que ainda nesse ano estava na fase de inquérito/investigação. Deste ponto de vista, todas as notícias que fossem divulgadas pelos *media*, que tivessem em causa os suspeitos, poderiam traduzir situações de violação de segredo de justiça. Complementarmente, importa referir que, ainda que o processo não estivesse em segredo de justiça, a alínea 7<sup>37</sup> do mesmo diploma não deixa dúvidas quanto à impossibilidade das notícias sobre o conteúdo dos processos criminais poderem fazer referências a elementos da vida privada dos investigados/envolvidos, nomeadamente se essas referências não tiverem uma relação direta com a investigação.

Por outro lado, conforme a alínea 8 do artigo 86.º, o segredo de justiça passa a vincular “todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título, tiveram tomado conhecimento com o processo”, impedindo a “divulgação da ocorrência de ato processual ou dos seus todos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação”. Isto significa que a responsabilidade de incumprimento do segredo de justiça não fica apenas com a fonte, presumivelmente com acesso ao processo, mas engloba também o jornalista. Não comete um crime contra o segredo de justiça apenas quem conta um segredo mas também quem o escuta e divulga. Contudo, por si só, escutar, não constitui crime, desde que não exista qualquer divulgação. O ato de divulgação de um segredo, em qualquer fase do seu percurso informativo, é sempre punível segundo este normativo.

Embora o artigo 38.º da CRP garanta a liberdade de imprensa e o direito dos meios de comunicação social de informar a sociedade sobre assuntos que lhe importem, incluindo “o acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo

<sup>36</sup> Conforme o artigo 86.º do Código Penal:

1 – O processo penal é, sob pena de nulidade, público, ressalvadas as exceções previstas na lei.

2 – O juiz de instrução pode, mediante requerimento do arguido, do assistente ou do ofendido e ouvido o Ministério Público, determinar, por despacho irrecorrível, a sujeição do processo, durante a fase de inquérito, a segredo de justiça, quando entenda que a publicidade prejudica os direitos daqueles sujeitos ou participantes processuais.

3 – Sempre que o Ministério Público entender que os interesses da investigação ou os direitos dos sujeitos processuais o justifiquem, pode determinar a aplicação ao processo, durante a fase de inquérito, do segredo de justiça, ficando essa decisão sujeita a validação pelo juiz de instrução no prazo máximo de setenta e duas horas.”

<sup>37</sup> “A publicidade não abrange os dados relativos à reserva da vida privada que não constituam meios de prova.”



profissionais”, figuras legais como o segredo de justiça funcionam como restrições ao exercício do trabalho jornalístico. Nesta relação, tantas vezes conflituante, entre o direito à informação e o direito à presunção da inocência que todo e qualquer suspeito possui até ao final do processo, jogam-se os tempos diversos e não coincidentes da justiça e dos *media*. Como refere Pierre Truche: “O tempo da justiça não é o tempo dos meios de comunicação; e isto num duplo sentido: não é concebível que a imprensa espere a fase pública de um processo para dar uma notícia, e por outro lado, qual é o meio de comunicação que pode dedicar a uma questão o tempo que a justiça lhe consagra?” (Truche, 1995 apud Prior, 2011:1281-1282).

Com efeito, o espírito e as práticas profissionais do jornalista norteiam-no para a necessidade e a urgência de obter a informação em “primeira mão”, o mais célere possível e com um imediatismo que contrasta com a duração de um processo judicial. Nessa procura pela exclusividade, na luta contra a concorrência e no cumprimento das “normas” do mercado cada vez mais presentes nas redações – e alimentadas pelas próprias empresas e direções jornalísticas –, o jornalismo pode incorrer em violações do segredo de justiça e de “outros direitos constitucionalmente consagrados como direitos fundamentais da pessoa humana” (Évora, 2004: 2).

As entrevistas a jornalistas no âmbito desta investigação<sup>38</sup> mostram que não existe sintonia quanto a temas relacionados com fugas de informação e segredo de justiça. Se, para uns, o segredo de justiça é necessário e deve ser respeitado, para outros constitui um obstáculo inequívoco ao direito à informação, longe de ser resolvido. Também entre magistrados a questão se coloca. A título de exemplo, referimos a famosa e polémica declaração do então Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, na Assembleia da República, no seio da comissão parlamentar eventual de acompanhamento da corrupção, em 2010, quando afirmou o carácter secreto das peças processuais, reconhecendo que “a violação do segredo de justiça é um problema sem solução”. E concretiza acerca do seu carácter irresolúvel: “É difícil neste país acabar com a violação do segredo de justiça, assim como eu não consigo acabar com os acidentes de viação ou a violência doméstica, apesar de haver medidas nesse domínio. Nem eu, nem ninguém”.<sup>39</sup>

A natureza conflituante entre o trabalho jurídico e a prática jornalística, o ruído mediático das fugas de informação, e a cooperação concertada entre jornalistas e fontes

<sup>38</sup> No âmbito do projeto foram realizadas 13 entrevistas a jornalistas, com o objetivo de perceber qual o seu entendimento sobre a corrupção.

<sup>39</sup> Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/pinto-monteiro/violacao-do-segredo-de-justica-nao-tem-solucao-diz-pgr>. Acesso em: 15 jan. 2016.



judiciais no sentido da violação do segredo de justiça, obriga a que haja um trabalho conjunto entre as partes:

Seria aconselhável que, sobretudo neste tempo mediático em que os processos de comunicação são globais e muito rápidos, as instituições da justiça encontrassem formas mais adequadas e institucionais de comunicar com a sociedade sobre a sua ação, por exemplo através de gabinetes de imprensa com comunicados formais que apresentassem os elementos que pudessem ser divulgados, de modo a esclarecer a sociedade sem colocar em causa os direitos naturais daqueles que estão a ser investigados. (Maia, 2014)

Para Felisbela Lopes, o campo da justiça tem de se ajustar à velocidade da informação, sob pena do segredo de justiça, tal como está fixado, ser “um dever que os jornalistas têm o direito de violar” (Lopes, 2015: 104).

#### **4. Um caso de corrupção política: os *Submarinos***

O caso *Submarinos* diz respeito, genericamente, a um caso de corrupção em Portugal relativo ao processo de um concurso público para aquisição de dois submarinos pelo XV Governo Constitucional (2002-2004), presidido por Durão Barroso.

Com lastro mediático, este caso deu origem a um processo de inquérito que, no entanto, foi arquivado pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) em 15 de dezembro de 2014, sem que fossem apurados “factos e prova indiciária que pudesse comprovar a prática de crimes e imputação aos agentes (cf. artigo 262.º do CPP)”.<sup>40</sup>

Com base na análise da cobertura televisiva, que a seguir desenvolveremos, conseguimos traçar algumas linhas fundamentais deste caso mediático. O caso remonta a 1998-1999, quando tem início em Portugal o Programa Relativo à Aquisição de Submarinos publicado na Resolução de Conselho de Ministro de 14/9, no governo de António Guterres. Até 2000-2001 processa-se a fase de aceitação de propostas, formalização, negociação, avaliação e apreciação com os dois candidatos – o consórcio alemão German Submarine Consortium (GSC) e o francês DCN Internacional (DCNI). Entretanto, assiste-se à queda do XIV Governo Constitucional (Magalhães, 2015).

Em 2002, Durão Barroso toma posse como primeiro-ministro e retoma as negociações com os alemães. No ano seguinte, o contrato para a construção de dois submarinos foi adjudicado pelo então ministro da Defesa, Paulo Portas, à época líder do partido Centro Democrático Social (CDS), ao consórcio alemão GSC. A 21 de abril de 2004 foram assinados os Contratos de Aquisição dos Submarinos e o Contrato de Contrapartidas associado.

<sup>40</sup> Disponível em: [http://dciap.pgr.pt/Atualidades/2014/comunicado\\_dciap\\_18\\_12.pdf](http://dciap.pgr.pt/Atualidades/2014/comunicado_dciap_18_12.pdf). Acesso em: 15 jan. 2016.

Contudo, foi durante as investigações do Ministério Público (MP) a um outro caso de corrupção – o caso *Portucale* – que se encontraram associações da empresa Espírito Santo Commerce (ESCOM), do então maior grupo financeiro português, o Grupo Espírito Santo, ao consórcio vencedor do concurso dos dois submarinos. A ESCOM teria recebido 30 milhões de euros do consórcio alemão, no entanto, não haveria contrapartida relevante para tal pagamento. Esse dinheiro teria circulado por paraísos fiscais das Bahamas e Ilhas Cayman. As suspeitas de corrupção surgem nessa altura, em razão da entrada de um milhão de euros numa conta bancária do partido CDS. Tal facto levantou suspeitas e as autoridades judiciais relacionaram o caso com escutas realizadas no âmbito das investigações do caso *Portucale*, entre Paulo Portas, o responsável pelas finanças do CDS, Abel Pinheiro, e António Pires de Lima, vice-presidente da Comissão Política Nacional do CDS.

Em 2010, período abrangido pela presente análise, José Sócrates liderava o seu segundo mandato como primeiro-ministro pertencente ao Partido Socialista (PS) – 2009 a 2011. O país enfrentava várias fragilidades económicas, sociais e políticas, e é precisamente nessa altura em que é solicitada a intervenção das instituições de resgate, FMI, Banco Central Europeu e União Europeia. Neste mesmo ano, as autoridades alemãs detêm um administrador do grupo Man Ferrostaal (que pertence ao consórcio GSC), num caso de corrupção relativo à construção de submarinos para as marinhas portuguesa e grega. O cônsul honorário de Portugal em Munique, Jürgen Adolff, é afastado do seu cargo por suspeitas de tráfico de influências e corrupção, e por ter recebido subornos de 1,6 milhões de euros por ter ajudado a Man Ferrostaal a vender os submarinos ao Estado português.

Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia em 2010, é mencionado como estando envolvido no negócio. É revelada a relação íntima entre uma das procuradoras do processo e o presidente da Inteli que colaborou com o MP na investigação de várias empresas envolvidas nas contrapartidas. Por conseguinte, os advogados dos arguidos contestam a veracidade das perícias feitas. A diretora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), Cândida Almeida, considera que a relação não prejudicaria nem comprometia a investigação. Pinto Monteiro, Procurador-Geral da República instaura por fim um processo para averiguar se o DCIAP procedeu bem em manter a procuradora adjunta no processo.

Na Alemanha, dois ex-gestores da Man Ferrostaal admitiram ter distribuído subornos, em Portugal e na Grécia, para obterem as encomendas. Os ex-executivos da Man Ferrostaal foram condenados a dois anos de prisão com pena suspensa e a pesadas

multas. Em Portugal, foram a julgamento quatro arguidos que, contudo, vieram a ser absolvidos, sendo o caso arquivado em dezembro de 2014 por falta de provas que pudessem “comprovar a prática de crimes e imputação aos agentes (cf. artigo 262.º do CPP).<sup>41</sup> O então ministro da Defesa, Paulo Portas, foi apenas ouvido como testemunha no processo.

A 24 de fevereiro de 2015, a Procuradora-Geral da República, Joana Marques Vidal, em entrevista à *Rádio Renascença*, pronunciou-se sobre o desfecho do caso dos *Submarinos*. Ficam claras, nas suas palavras, a falência do MP neste caso concreto, vendo nele um *case study* do ponto de vista criminal:

O caso dos *Submarinos* é daqueles casos que dará uma imagem não muito simpática do MP, mas que envolveu também polícia criminal, órgãos de perícia criminal e outras estruturas [...]. O MP terá que reconhecer que podia ter tido um desempenho mais adequado. [...] É um caso que devemos analisar com calma. Ver onde houve passos menos corretos e fazer [dele] um case study, que nos permita melhorar a nossa capacidade de investigação criminal. (Magalhães, 2015:16)

Acrescentamos que, como veremos, o estudo de caso necessário se estende, além do Ministério Público e das autoridades judiciais, às empresas públicas, às empresas privadas e à atuação dos *media*.

#### 4.1. Questões metodológicas

O nosso *corpus* foi composto por 106 peças televisivas cujo conteúdo são os noticiários em *prime-time* de três emissoras nacionais de sinal aberto – *RTPI*, *SIC* e *TVI* –, em 2010, sobre o caso *Submarinos*. As peças foram analisadas tendo como norte a metodologia da análise de conteúdo manifesto. Uma vez que o trabalho está inserido num projeto mais amplo, utilizámos categorias previamente definidas, que contemplam a observação de: atores, instituições públicas e privadas, temas, ilícitos, e fontes de informação. O tratamento dos dados baseia-se em métodos quantitativos. Seguimos, como dissemos, as seguintes categorias:

- 1) **Temas**: principais assuntos abordados nos três blocos informativos;
- 2) **Atores**: principais atores incorporados nas peças selecionadas;
- 3) **Instituições envolvidas**: principais instituições públicas e privadas envolvidas nas peças selecionadas;
- 4) **Ilícitos**: variável que caracteriza o ilícito relacionado com o caso de corrupção retratado na peça, mencionado em primeiro lugar na peça;

<sup>41</sup> *Idem*.

**5) Fontes de informação:** variável que identifica a fonte de informação principal representada na unidade informativa analisada.

Consideram-se fontes principais os indivíduos ou instituições às quais se associa a sustentação dos factos reportados na peça. Assinalamos que neste estudo não foram contempladas as peças de Opinião/Comentário. De salientar que o ano objeto de estudo é 2010, uma vez que no período compreendido entre 2005 e 2012 – balizas temporais do projeto de investigação em que este artigo se enquadra – este foi o ano em que ocorreu um maior número de peças jornalísticas.

Os dados foram contrapostos às teorias e conceitos que guiam este trabalho, tais como corrupção política, noções de perceção da corrupção sob a ótica do escândalo político, bem como as estratégias dos *media* no tratamento das notícias, sendo que nesta oportunidade nos valem da proposta de agendamento mediático.

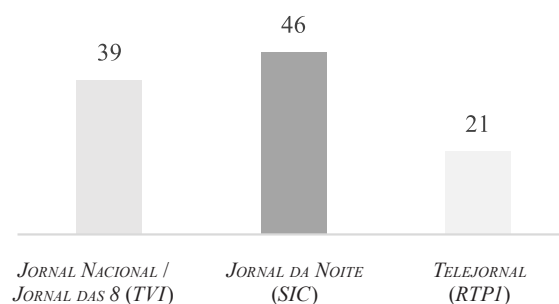
## 4.2. Resultados e interpretação

No ano abrangido pela análise, 2010, as notícias das três emissoras sobre o caso *Submarinos* dão enfoque, sobretudo, a alguns episódios específicos. São eles:

- i. Incumprimento do contrato de contrapartidas do Consórcio Alemão;
- ii. Criação de uma Comissão Permanente de Contrapartidas defendida pelo Bloco de Esquerda (BE);
- iii. Relação pessoal entre a procuradora-adjunta Carla Dias e o presidente do Inteli, José Rui Felizardo, que coloca a investigação em causa;
- iv. Acusações/críticas entre o Partido Socialista (PS) e os partidos da oposição, Partido Social Democrata (PSD) e Centro Democrático Social (CDS), anteriormente em funções governativas e com responsabilidade nas adjudicações com investimentos que originaram o processo judicial;
- v. Acusações entre governo e oposição a propósito das implicações dos custos dos submarinos no défice nacional;
- vi. Apresentação de uma queixa ao Parlamento Europeu pela eurodeputada Ana Gomes (PS), defendendo a anulação do contrato de aquisição e de contrapartidas;
- vii. Estado português foi lesado em milhões de euros;
- viii. Suspensão do ex-cônsul honorário, Jürgen Adolff, em Munique;
- ix. Aquisição de submarinos associada a financiamentos ao CDS;
- x. Desaparecimento dos documentos da Ata da Comissão das Contrapartidas.

A análise que fizemos é reveladora do destaque que este caso teve nos canais de televisão ao longo do ano de 2010. A *SIC* emitiu 46 peças sobre o caso, seguida da *TVI* com 39 peças, conforme podemos visualizar no Gráfico 1. O canal público ofereceu menos destaque ao caso, emitindo 21 peças. O mês com um maior número de peças foi o mês de abril (33 peças), seguido de maio (13 peças) e março (12 peças).

**Gráfico 1.** Visibilidade do Caso dos *Submarinos* – número de peças/ano 2010



N= 106 peças

“*Telejornal (RTP1)*” 21 peças (20%); “*Jornal da Noite (SIC)*” 46 peças (43%);  
 “*Jornal Nacional/Jornal das 8 (TVI)*” 39 peças (37%)

**Fonte:** Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (registo desenvolvido pela equipa do Projeto “Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada”.

Antecipadamente, sublinhamos que a caracterização política do caso revela o papel das rotinas televisivas na cobertura de fenómenos de corrupção política (Cunha, 2015). Estas são concebidas para ocupar o tempo informativo, apoiando-se muitas vezes em repetições de informações, recorrendo a figuras públicas e cenários facilmente reconhecíveis pelo público e que, neste caso, estão presentes na maior parte das “declarações”, sobretudo as associadas ao ministro da Defesa, Augusto Santos Silva, e ao líder do partido CDS, Paulo Portas.

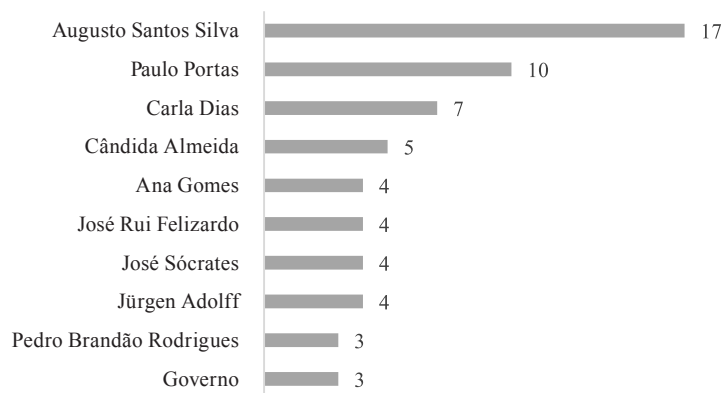
Quanto à variável sobre o “ator” principal da peça televisiva, Santos Silva assume-se como o ator principal (Gráfico 2), associado a “declarações”, em tom “neutro”<sup>42</sup>, proferidas no âmbito do incumprimento do contrato das contrapartidas do consórcio alemão. Segue-se Paulo Portas, responsável pela adjudicação do contrato para a construção dos dois submarinos em 2004 e, ainda, o principal implicado nas irregularidades dos contratos, quando estava em funções como ministro da Defesa do governo liderado por Durão Barroso. Os custos dos dois submarinos no défice nacional são um dos motivos de troca de “acusações/críticas” entre o governo e a oposição.

O terceiro ator com mais visibilidade é a procuradora-adjunta do DCIAP e responsável pelo processo dos *Submarinos*, Carla Dias. Esta exposição mediática explicar-se-á, não só pelas suas funções no MP, na investigação do caso *Submarinos*, mas também pelo relacionamento amoroso, tornado público, com o perito da Inteli, José Felizardo. No parecer dos advogados de defesa, João Perry da Câmara e Rogério Alves, esta relação comprometeu o processo das contrapartidas, por questões de ordem ética.

A eurodeputada do PS, Ana Gomes, adquire grande visibilidade em dezembro de 2010 nas três emissoras. Em declarações, ela faz uma queixa na Comissão Europeia, defendendo a anulação do contrato de aquisição e contrapartidas dos submarinos. Considera que o negócio foi “lesivo e desastroso para o Estado Português”.

Observamos que não houve nenhuma posição do Presidente da República, Cavaco Silva, em relação a este caso de investigação criminal. Igualmente, o vice-presidente da Man Ferrostaal, Horst Weretecki, não aparece no “top ten” dos principais atores mencionados.

<sup>42</sup> Complementarmente foi estudada a variável que identificou o tom dominante da peça face aos atores presentes ou referidos. Sendo que, considerou-se como tom positivo: quando, no contexto em que surge, o ator é essencialmente associado a um percurso público credível, a valores de retidão e honestidade, a situações de sucesso, etc.; tom negativo: quando o ator é essencialmente associado a situações anteriores de incumprimento, quebra de compromissos, envolvimento em situações polémicas, alvo de crítica, etc.; tom equilibrado ou neutro: quando o ator é associado a situações em que as valorações positivas (percurso público credível, valores de retidão e honestidade, situações de sucesso e condutas probas) e negativas (situações anteriores de incumprimento, quebra de compromissos, envolvimento em situações polémicas, alvo de crítica) se equilibram (equilibrado) ou são inexistentes (neutro).

**Gráfico 2.** Atores principais

N= 106 peças

“Augusto Santos Silva” 17 peças (16%); “Paulo Portas” 10 peças (9%);  
 “Carla Dias” 7 peças (7%); “Cândida Almeida” 5 peças (5%); “Ana Gomes” 4 peças (4%); “José Rui  
 Felizardo” 4 peças (4%); “José Sócrates” 4 peças (4%); “Jürgen Adolff” 4 peças (4%);

**Fonte:** Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (registo desenvolvido pela equipa Projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*).

Relativamente à variável 3, observamos que a maior parte das instituições públicas não têm ilícitos associados. A instituição pública mais referida é o Ministério Público (MP) português, o que é justificável, tanto pela natureza do seu papel em investigar os ilícitos, como também pelo papel da diretora do DCIAP, que soube do envolvimento de Carla Dias e José Felizardo mas, ainda assim, a manteve em funções. Salientamos que no ano em análise houve uma equipa de magistradas que se deslocou ao Ministério Público Alemão e à Man Ferrostaal com o objetivo de procurar provas e fazer buscas e apreensões. O MP está associado aos ilícitos “Burla e Falsificação de documentos”, “Crimes contra a Economia” e “Corrupção”.

A segunda instituição com maior proeminência é a “Marinha Portuguesa”, associada aos ilícitos “Corrupção” e “Crimes contra a Economia”. A Marinha assume uma posição de destaque pelo envolvimento de altos quadros no negócio, nomeadamente um ex-contralmeirante, Rogério d’Oliveira, que terá recebido subornos após a assinatura do contrato entre Portugal e o consórcio alemão. Salientamos que a Marinha teve uma posição favorável à aquisição destes submarinos, considerando-os importantes no sistema de defesa nacional.

Quanto às empresas privadas, na sua maior parte, não são referenciadas nas notícias

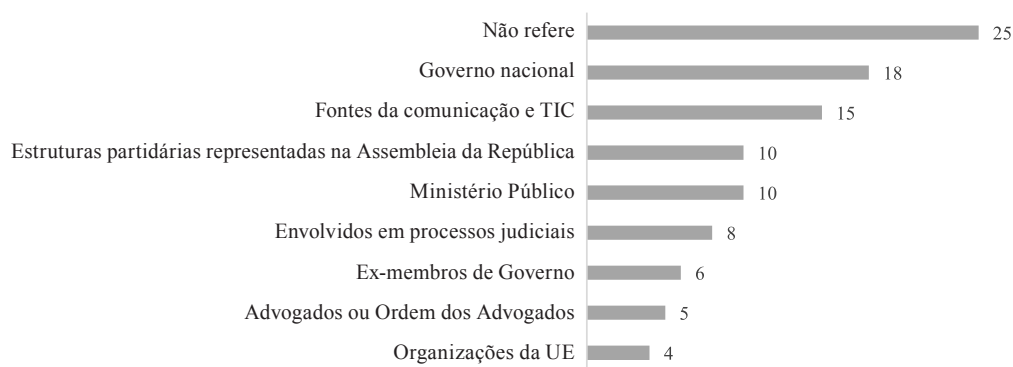


que tratam de ilícitos. Verifica-se que a proeminência é da empresa Man Ferrostaal, uma das três empresas que faz parte do consórcio alemão e que está associada aos ilícitos “Corrupção”, “Suborno” e “Burla qualificada e Falsificação de documentos”. Em 2010, Horst Weretecki, vice-presidente da Man Ferrostaal, é um dos arguidos na Alemanha.

O Consórcio alemão é a segunda instituição mais referida em 2010 por não ter cumprido o contrato de contrapartidas, seguido da Inteli. Destacamos que esta instituição tem grande visibilidade em 2010, pelo facto de, como já frisámos, o seu presidente manter uma relação amorosa com um das procuradoras do MP, e de estar no centro de todas as instituições envolvidas no contrato de aquisição e contrapartidas dos submarinos, sejam elas o Ministério Público, a Comissão Permanente das Contrapartidas (CPC), o Agrupamento Complementar de Empresas para a Indústria Automóvel (ACECIA), a Man Ferrostaal ou a Espírito Santo Commerce (ESCOM).

Relativamente às fontes de informação, verificamos que se destacam as peças sem atribuição de fonte de informação. O Gráfico 3 permite-nos observar uma preponderância nítida de fontes governamentais, o que revela uma forte dependência das televisões em relação aos atores do poder, seguido de fontes de comunicação social, indiciando uma interação entre várias televisões e jornais, os quais se citam mutuamente, num discurso tendencialmente circular que condiciona o pluralismo e facilita a instrumentalização.

**Gráfico 3.** Fontes de informação principais



N= 106 peças

“Não Refere 25 peças (24%); “Governo nacional” 18 peças (17%); “Fontes de Comunicação e TIC” 15 peças (14%); Estruturas partidárias representadas na Assembleia da República” 10 peças (9%); “Ministério Público” 10 peças (9%); “Envolvidos em processos judiciais” 8 peças (8%); “Ex-membros de Governo” 6 peças (6%); “Advogados ou Ordem dos Advogados” 5 peças (5%); “Organizações da UE” 4 peças (4%).

**Fonte:** Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (registo desenvolvido pela equipa do Projeto *Corrupção Política nos Media: uma perspetiva comparada*).

A análise dos dados permitiu-nos, também, traçar um percurso do caso *Submarinos* no ano de 2010, mês a mês, de forma a reconhecemos as mudanças na visibilidade dos atores e das instituições, e o desenrolar dos acontecimentos, e identificarmos tendências da forma como os jornalistas abordam o fenómeno da corrupção, que no fundo vão de acordo aos temas, atores, instituições e fontes mais citados, aos episódios já descritos acima e às rotinas dos acontecimentos e das declarações.

Em janeiro, a *SIC* transmite a única notícia sobre o caso *Submarinos*, argumentando que os fornecedores só cumpriram 25% das contrapartidas devidas ao Estado. Em fevereiro, os três canais não emitiram nenhuma peça a respeito do caso.

No mês seguinte, o caso é retomado. Na peça de maior duração da *SIC*, a emissora remontou o caso a 2004, quando o então ministro da Defesa, Paulo Portas, assinou o contrato das contrapartidas. São mencionadas as suspeitas do Ministério Público (MP) relativamente a pagamentos ao CDS-PP, bem como as escutas telefónicas entre Paulo Portas e Abel Pinheiro (processo *Portucale*). É referido que existem sete arguidos portugueses e três alemães que irão a julgamento em abril. Na *SIC*, o noticiário confere destaque ao caso *Submarinos* e às suspeitas que envolvem a compra.

Em março, na *RTP1*, Augusto Santos Silva, em declarações, assume que o incumprimento do contrato de contrapartidas poderá colocar o negócio dos submarinos em causa. Também se faz referência às suspeitas de corrupção na venda de dois submarinos a Portugal pela justiça alemã. Menciona-se que o negócio decorreu durante o Governo de Durão Barroso, e indica-se que o cônsul honorário em Munique (suspense pelo governo português) e um contra-almirante estão envolvidos no negócio.

Em abril, a *SIC* destaca que: o contra-almirante português é suspeito de ter recebido 1 milhão de euros; o MP alemão investiga a criação de uma rede de empresas fantasmas; e o BE quer ouvir com urgência o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas. A *TVI* menciona que o caso alimenta polémicas de subornos entre políticos ligados ao Governo de Durão Barroso. A *RTP1* relata que o vice-presidente do grupo parlamentar do PS afirmou que o partido vai requerer uma comissão de inquérito parlamentar ao caso dos submarinos. Existem declarações de Ricardo Rodrigues (PS), José Gusmão (BE), Morais Sarmiento (PSD). Vale ressaltar que a 3 de abril, as três emissoras focam o mesmo assunto: o BE exige a divulgação do relatório anual das contrapartidas militares. Porém, a *SIC* acrescenta que a investigação portuguesa pode estar em causa devido a possíveis falhas processuais, que a defesa de dois arguidos alemães pede a nulidade do processo das contrapartidas. Alguns atores ganham visibilidade neste mês, nomeadamente: deputados

António Filipe (PCP), Luís Campos Ferreira (PSD), Fernando Rosas (BE), Agostinho Branquinho (PSD), Ana Catarina Mendes (PS) e João Rebelo (CDS), e os escritórios de advogados Sêrvulo & Associados.

Em maio, a *SIC* noticia que a defesa pede a invalidade da peritagem que sustentou a acusação contra os dez arguidos. O advogado João Perry da Câmara considera que “o parecer da empresa contratada pelo Ministério Público é parcial”. A *TVI* anuncia também que o processo pode ser anulado ainda em fase de instrução, pois os peritos são acusados de serem parciais, e ainda que “a empresa é acusada de receber 400 mil euros da ESCOM que representava os interesses do consórcio alemão”.

Em junho, são emitidas quatro peças televisivas. No dia 13, a *TVI* “faz referência aos *offshores* nas ilhas britânicas que esconderam milhões de euros em luvas”. A investigação portuguesa concluiu que a ESCOM fez avultados pagamentos ao consórcio alemão justificados como contrapartidas. “O consórcio alemão terá pago 30 milhões de euros à sociedade offshore”. A *SIC* aborda o mesmo tema tendo como fonte o jornal *Correio da Manhã*. As peças da *SIC* e *RTP1* dizem que os equipamentos só serão pagos após a receção do 2º submarino.

No mês de julho, as peças da *SIC* abordam a relação da procuradora-adjunta Carla Dias com o presidente da Inteli. Mencionam o facto da diretora do DCIAP, Cândida de Almeida, ter-se recusado a prestar esclarecimentos aos jornalistas, ameaçando instaurar um processo contra a *SIC*. Cândida de Almeida decidiu que não era necessário retirar a empresa Inteli do processo, mantendo-a a fazer perícias para o MP. Sobre José Felizardo, a magistrada acrescenta que o mesmo ponderou retirar a empresa do processo, do mesmo modo que também a Procuradora-adjunta terá avaliado afastar-se do caso, mas o facto é que não formalizou pedido. A emissora inclui também a opinião do jurista Paulo Pinto de Albuquerque que considera que a permanência de Carla Dias no processo levanta dúvidas de ordem ética. A *TVI* emite que MP vai averiguar se a relação pessoal da procuradora prejudicou processo, sublinhando que até à data o processo conta com dez arguidos.

No mês seguinte, a *SIC* noticia que o primeiro dos dois submarinos chega a Lisboa. O canal de Carnaxide faz uma retrospectiva da polémica gerada em torno da aquisição dos submarinos, por causa do preço e das contrapartidas. Adianta que a nova esquadilha terá dois submarinos e vai custar 1050 milhões de euros, mas que o contrato só deverá começar a ser pago em 2011 ou 2012. A *TVI* aborda várias questões, designadamente as implicações do pagamento dos submarinos no aumento de impostos, no corte extraordinário na despesa pública e no aumento do défice. É também mencionado que os custos dos

submarinos podem aumentar se Portugal não pagar a pronto os navios. Figuras como Augusto Santos Silva e António Nogueira Leite têm voz.

Em setembro, a *SIC* retrata que grande parte das contrapartidas do contrato ainda não foram cumpridas pela empresa. A *RTP1* refere que o ministro da Defesa considera os submarinos como importantes no sistema de forças nacional. Porém, na cerimónia oficial da entrega à Marinha do novo submarino, Santos Silva deixou um recado ao consórcio alemão. A *TVI* informa, igualmente, sobre a apresentação do Tridente e completa com as palavras de Santos Silva sobre as contrapartidas: “estão bem”. A *RTP1* também emite uma peça a partir de um debate parlamentar, no qual o Primeiro-Ministro justifica a receita extraordinária do Estado com a despesa extraordinária que constituíram os dois submarinos. A peça inclui declarações de José Sócrates (PS), Paulo Portas (CDS) e Francisco Louçã (BE).

Em outubro, a *SIC* noticia, em declarações de Santos Silva, que o Governo tem que pagar a totalidade dos submarinos ainda em 2010. A emissora avança que Procuradora-adjunta será ouvida como testemunha sobre a relação íntima com o perito. São reproduzidas declarações de Pinto Monteiro (PGR) que desvalorizam o facto de a magistrada ter sido constituída testemunha do processo, acrescentando que ele próprio o foi em vários casos, e de João Perry da Câmara (advogado), que considera que a relação entre o perito e magistrada pode comprometer o processo das contrapartidas. A *TVI* avança com a notícia que o Governo não fez o que estava ao seu alcance para denunciar o contrato dos submarinos, mesmo com o incumprimento do contrato das contrapartidas e indícios de burla. O pivot argumenta que o Governo só se queixa das despesas e que MP Português relacionou negócio dos submarinos a depósitos de 1 milhão de Euros em contas do CDS-PP. O telejornal também informa que Carla Dias será testemunha no processo. Nomes como os advogados João Perry da Câmara e Rogério Alves, e José Felizardo ganham destaque.

Em novembro, todos os canais dão cobertura ao debate do Orçamento do Estado no Parlamento onde se trocam acusações sobre a compra dos submarinos. Além deste grande tema, a *RTP1* refere que a Procuradora do DCIAP foi ouvida como testemunha no caso das contrapartidas. A *SIC* trata de acusações entre o MP e Paulo Portas, e sobre a Procuradora-adjunta, que admite a relação íntima com o presidente da Inteli. A *SIC* dá a notícia que a Defesa apresentou um parecer do penalista Paulo Pinto de Albuquerque, que defende a ilegalidade da acusação e perícia. Realça, por um lado, que a Inteli negociou com todos os envolvidos na aquisição dos submarinos e, por outro, a posição do Juiz Carlos Alexandre que irá decidir se os arguidos vão a julgamento ou não.

Em dezembro de 2010, o foco das emissoras foi a posição da eurodeputada do PS, Ana Gomes, em relação ao contrato de aquisição e contrapartidas dos submarinos. A eurodeputada é da opinião que os mesmos devem ser anulados. A última peça da *TVI*, emitida no dia 29, refere que o Procurador-geral da República, Pinto Monteiro instaura um processo disciplinar à presidente do DCIAP, Cândida Almeida. Em causa está o relacionamento pessoal entre Carla Dias e José Felizardo, de que Cândida Almeida tinha conhecimento prévio.

A análise empreendida aqui evidencia que os atores governamentais, partidários e do Ministério Público prevalecem sobre no desenrolar do processo, contribuindo mais para a multiplicação de declarações e contra-declarações do que para o esclarecimento da opinião pública sobre o caso em concreto e o funcionamento das instituições democráticas, em geral. O que foi possível observar a partir da análise da recorrência das categorias correspondentes – atores, instituições, fontes, temas. –, bem como da valência dessas aparições. Os dados de que dispomos revelam uma investigação jornalística débil, na medida em que não houve um escrutínio esclarecedor e atempado do caso, a que o segredo de justiça não será alheio. Para a falta de uma investigação profunda e mais direcionada para a compreensão dos fenómenos de corrupção, concorre também o segredo que limita o cabal esclarecimento de notícias de interesse público e condiciona o exercício do jornalismo, mesmo quando este não põe em causa o decurso da investigação judicial nem é prejudicial à presunção da inocência. Talvez o segredo de justiça seja um dos motores da cultura jornalística que se move em torno, muitas vezes quase em exclusivo, de declarações e contra-declarações.

No que respeita às fontes de informação o jornal que mais influenciou o agendamento e o enquadramento dos temas ligados a este caso foi o *Correio da Manhã*, de matriz popular, seguido da revista *Der Spiegel* alemã e do semanário *Expresso*. Neste sentido, a informação televisiva apoia-se, em grande medida, em declarações e comunicados que, ao serem citados, ilibam o próprio o órgão de comunicação de eventuais violações de justiça.

### **Breves conclusões**

Ao longo deste trabalho procurámos fazer uma reflexão sobre a cobertura informativa do caso dos *Submarinos*, a partir da análise dos noticiários da *RTPI*, *SIC* e *TVI*. Vimos, através duma abordagem teórica, que a corrupção não é exclusiva de países considerados de economia em desenvolvimento ou de democracia não consolidada, e tal observação foi evidenciada nesta análise, uma vez que o caso em questão envolveu nações desenvolvidas

economicamente e de democracia consolidada. A ocorrência de corrupção, ainda que em maior ou menor grau, é registada em várias sociedades. As origens da corrupção nas sociedades também é uma questão amplamente debatida, assim como a procura de definir um conceito que seja suficiente em toda a sua dimensão. Existem discordâncias conceptuais e teóricas a este respeito, que se refletem, por consequência, na dimensão empírica dos estudos. No entanto, muitos esforços são feitos na tentativa de analisar e medir a ocorrência da corrupção.

As dificuldades estruturais na avaliação dos fenómenos de corrupção obrigam a recorrer a formas de aferir indiretas como a percepção, talvez a mais utilizada pelos investigadores na atualidade. Neste trabalho recorreremos à literatura que trata da corrupção política, e observamos os desafios em conceitua-la e identificar sua ocorrência nas diferentes sociedades. Também trouxemos a perspetiva da percepção da corrupção e a sua espectacularização sob a forma de escândalo político mediático, tantas vezes alheia às necessidades informativas dos cidadãos e ao cumprimento da democracia. Enunciámos também os aspetos fundamentais da figura do segredo de justiça e estabelecemos uma relação entre este e as exigências informativas dos *media*.

No plano empírico a análise da cobertura jornalística que fizemos mostra-nos uma televisão que reporta, essencialmente, a partir de fontes oficiais, na sua maioria político-partidárias. Na corrida às declarações e contra-declarações, os jornalistas conseguem *soundbites* imediatos dos rostos do poder, mas falham no seu papel de reflexão sobre a realidade e de esclarecimento dos cidadãos. À rotina dos acontecimentos e das declarações que os sustentam corresponde uma ausência do tema da corrupção enquanto problemática mais vasta.

Neste cenário, em que o jornalismo se assemelha mais a um palco de atores políticos e das suas declarações, mais permeável à intriga político-partidária do que ao debate público em torno da problemática da corrupção política, atribuímos alguma responsabilidade à cultura de secretismo da justiça que, sendo necessária na proteção dos direitos dos indivíduos, condiciona ou obstaculiza a informação jornalística. Vimos que as rotinas jornalísticas justapõem-se, muitas vezes, à substância e à complexidade dos temas abordados. Ao longo da nossa investigação encontramos um jornalismo, por vezes, pouco rigoroso e profundo, a que não serão alheias as atuais circunstâncias sócio-profissionais. A precariedade, a polivalência exigida aos profissionais e a pressão das notícias sem tempo de respiração são fatores que condicionam a qualidade do edifício jornalístico, contrariando o papel de escrutínio e vigilância que aos *media* compete.

Sabendo como os *media* são uma das principais fontes de percepção da realidade dos cidadãos, verificamos que neste caso não existe uma abordagem em profundidade por *stakeholders* da área, como académicos e outros especialistas. A polarização do assunto em torno dos atores políticos que se repetem e se tornam circulares, retiram espaço àquilo que é a essência deste caso: a questão da corrupção, a contaminação de interesses político-privados e a descredibilização da justiça e da política.

### Referências Bibliográficas

- Araújo, B. B. (2013) *Justiça, media e espaço público. A cobertura jornalística do julgamento do mensalão em Veja e Época*. (Dissertação) Universidade de Coimbra. Portugal.
- Baptista, È. A. (2015) Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012 In: Aldé, A. & Marques, F.J.P. (Orgs.) *Internet e poder local*. Salvador: Edufba.
- Baptista, È. A., & Fraiha, P. (2014) Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. *38º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu (Minas Gerais, Brasil).
- Casas, D. P. M., & Rojas H. (2011) Percepciones de corrupción y confianza institucional. In H. Rojas et al. (Eds.) *Comunicacion y cidadania*. Bogotá: Universidade de Externado.
- Chong, D., & Druckman, J. N. (2007) Theory of Framing and Opinion Formation in Competitive Elite Environments. *Journal of Communication* (57): 99–118.
- Collins, A. M., & Loftus E. F. (1975) A spreading activation theory of semantic processing. *Psychological Review* 82: 407-28.
- Cunha, I. F. (2014) Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública In: Cunha, I.F. & Serrano, E. (Coords.) *A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia.
- Cunha, I. F. (2011) Crise, corrupção política e media In: A. Sá et al. (Orgs.) *Aprofundar a crise. Olhares multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Entman, R. (1993) Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. *Journal of Communication* 43 (4): 51-58.
- Évora, S. L. (2005) *O segredo de justiça e a investigação jornalística: A problemática dos direitos fundamentais na democracia portuguesa*. Publicado pela Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Covilhã: Universidade de Beira Interior.



- Fidalgo, J. & Oliveira, M. (2005) Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública. As relações entre a Justiça e a Comunicação Social. *Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*: 1-11.
- Figueiras, R. (2015) Anatomia do comentário: Corrupção, noticiários e destinatários. *Revista Media & Jornalismo*, 14 (26): 11- 132.
- Filgueiras, F. (2008) *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Gascón, F. (2013) *Segredo de Justiça*. Lisboa: Ffms.
- Heidenheimer, A., Johnston, M. & Levine, V. (1989) *Political Corruption: A Handbook*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers.
- Iyengar, S., & Kinder, D. (2010) *News that matters: television and American opinion*. Chicago: University of Chicago Press.
- Johnston, M. (2005) *Syndromes of Corruption: Wealth, Power and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Long, N. (1958) Local community as an ecology of games. *American Journal of Sociology*, 64: 251-261.
- Lopes, F. (2015) *Jornalista – Profissão ameaçada*. Lisboa: Alêtheia.
- Maia, A.J. (2014, 5 dezembro). Dever de informar e segredo de justiça – um conflito de interesses. In. *Observatório Contra a Fraude*, 14.
- Magalhães, J. (2015) *Submarinos.PT – Guia para os perplexos de todas as convicções*. Lisboa: Gradiva.
- McCombs, M., & Shaw, D. (1972) The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36 (49): 51-78.
- Melgar, N., Rossi, M., & y Smith, T. (2010) The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? *Economia Aplicada*, 14(2):183-198.
- Mesquita, N. C., Moisés, J. A. & Rico, B. (2014) As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (Coords.) *A cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.
- Moisés, J. A. (2010) A corrupção afeta a qualidade da democracia? *Em Debate*, Belo Horizonte, 2 (5): 27-37.
- Morgado, M. J. & Vegar, J. (2003) *O Inimigo Sem Rosto – Fraude e Corrupção em Portugal*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Paixão, B. (2010) *O Escândalo Político em Portugal – 1991-1993 e 2002-2004*. Coimbra: Minerva.

- Porto, M. (2004) *Enquadramentos da mídia e política. Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA/Unesp.
- Prior, H. (2011) Da conflitualidade entre o poder mediático e o poder judicial: quando os crimes são dos jornalistas. *VII Congresso SOPCOM*, Porto, Portugal.
- Rose-Ackerman, S. (1999) *Corruption and Government*. New York: Cambridge University Press.
- Santos, B. S. (2005) Os Tribunais e as Novas Tecnologias de Comunicação e de Informação. *Sociologias*, 7(13): 82-109.
- Sara, M. (2010, Fevereiro 9) “Violação do segredo de justiça não tem solução”, diz PGR. *TVI*. Consultado: <http://www.tvi24.iol.pt/politica/pinto-monteiro/violacao-do-segredo-de-justica-nao-tem-solucao-diz-pgr>.
- Serrano, E., & Calado, V. (2015) Serão os blogs uma alternativa aos *media* na discussão de temas como a corrupção política? *Revista Media & Jornalismo*, 14 (26): 91- 110.
- Serrano, E. (2014) A corrupção política e as redes sociais. *Congresso Mediatização da Comunicação política em Portugal: formas, processos e impactos*. Lisboa: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.
- Scheufele, D. (2000) Agenda-setting, priming, and framing revisited: another look at cognitive effects of political communication. *Mass Communication & Society*, 3, (2&3): 297-316.
- Sousa, L. (2010) *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Telles, H., Fraiha, P., & Lopes, N. (2014) Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil In Cunha, I.F.& Serrano, E. (Coords.) *Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais*. Lisboa: Alêtheia: 421-457.
- Thompson, J. B. (2002) *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Traquina, N. (2005) *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. 2 ed. Florianópolis: Insular.
- Weaver, D. (2007) Thoughts on Agenda Setting. Framing, and priming. *Journal of Communication* 57: 142-147.

**Outros documentos:**

Entrevista realizada no âmbito do projeto ao Dr. José Magalhães (2015).

Código do Processo Penal: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=199&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis)

Constituição da República Portuguesa:

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Conselho da Prevenção da Corrupção: <http://www.cpc.tcontas.pt/index.html>

Procuradoria-geral da República–Departamento Central de Investigação e Ação Penal – Processo “Submarinos”- Arquivamento:- [http://dciap.pgr.pt/Atualidades/2014/comunicado\\_dciap\\_18\\_12.pdf](http://dciap.pgr.pt/Atualidades/2014/comunicado_dciap_18_12.pdf)

## ANEXO 1

### Quadro 1- Segredo de justiça e Liberdade de Imprensa na CRP

#### **Artigo 20.º (Acesso ao direito e tutela jurisdicional efetiva)**

1. A todos é assegurado o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos.

2. Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídicas, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade.

#### **3. A lei define e assegura a adequada proteção do segredo de justiça.**

4. Todos têm direito a que uma causa em que intervenham seja objeto de decisão em prazo razoável e mediante processo equitativo.

5. Para defesa dos direitos, liberdades e garantias pessoais, a lei assegura aos cidadãos procedimentos judiciais caracterizados pela celeridade e prioridade, de modo a obter tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses direitos.

#### **Artigo 38.º (Liberdade de imprensa e meios de comunicação social)**

##### **1. É garantida a liberdade de imprensa.**

2. A liberdade de imprensa implica:

a) A liberdade de expressão e criação dos jornalistas e colaboradores, bem como a intervenção dos primeiros na orientação editorial dos respetivos órgãos de comunicação social, salvo quando tiverem natureza doutrinária ou confessional;

b) O direito dos jornalistas, nos termos da lei, ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais, bem como o direito de elegerem conselhos de redação;

c) O direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias.

3. A lei assegura, com caráter genérico, a divulgação da titularidade e dos meios de financiamento dos órgãos de comunicação social.

4. O Estado assegura a liberdade e a independência dos órgãos de comunicação social perante o poder político e o poder económico, impondo o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, tratando-as e apoiando-as de forma não discriminatória e impedindo a sua concentração, designadamente através de participações múltiplas ou cruzadas.

5. O Estado assegura a existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e de televisão.

6. A estrutura e o funcionamento dos meios de comunicação social do sector público devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

7. As estações emissoras de radiodifusão e de radiotelevisão só podem funcionar mediante licença, a conferir por concurso público, nos termos da lei.

**Fonte:** Constituição da República Portuguesa

No Quadro abaixo podemos observar, mais detalhadamente, a evolução do regime legal que define a forma da realização das investigações criminais, com destaque para os diplomas legais que têm influência na aplicação do segredo de justiça em Portugal.

**Quadro 2 – Evolução do regime legal na aplicação do segredo de justiça em Portugal**

V.	Diploma	Referência ao conteúdo
1	– Decreto-lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro	<b>Versão base do actual Código do Processo Penal (Revoga o DL 16489, de 15 de Fevereiro de 1929)</b>
2	– Declaração de 31 de Março de 1987	Pequenas correções ao diploma inicial
3	– Decreto-lei n.º 387-E/87, de 29 de Dezembro	Extensão d regime do Processo Penal a processos de contravenções
4	– Decreto-lei n.º 212/89, de 30 de Junho	Alteração ao Código das custas judiciais
5	– Lei n.º 57/91, de 13 de Agosto	<b>Alteração específica do regime de segredo de justiça – relativamente a situações de acidentes</b>
6	– Decreto-lei n.º 423/91, de 30 de Outubro	Regime legal de indemnização às vítimas de crimes
7	– Decreto-lei n.º 343/93, de 01 de Outubro	Regime de ajudas de custo
8	– Decreto-lei n.º 317/95, de 28 de Novembro	Alterações aos regimes de penas e da sua execução
9	– Lei n.º 59/98, de 25 de Agosto	<b>Altera muitas vertentes do Código de Processo Penal – republica o Código na íntegra com as alterações inseridas</b>
10	– Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro	Lei de organização e funcionamento dos tribunais judiciais
11	– Lei n.º 7/2000, de 27 de Maio	Alterações ao regime dos crimes de violência doméstica
12	– Decreto-lei n.º 320-C/2000, de 15 de Dezembro	Alterações que visam promover a celeridade processual
13	– Lei n.º 30-E/2000, de 20 de Dezembro	Alteração ao regime de apoio judiciário
14	– Retificação n.º 9-F/2001, de 31 de Março	Pequenas correções ao diploma inicial
15	– Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto	Alterações ao combate ao terrorismo
16	– Declaração de Retificação n.º 16/2003, de 29 de Outubro	Pequenas correções ao diploma anterior
17	– Decreto-lei n.º 324/2003, de 27 de Dezembro	Altera e republica o Código das Custas Judiciais

18	– Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto	<b>Altera muitas vertentes do Código de Processo Penal – republica o Código na íntegra com as alterações inseridas</b>
19	– Declaração de Retificação n.º 100-A/2007, de 26 de Outubro	<b>Muitas pequenas correções ao diploma inicia – republica o Código na íntegra com as alterações inseridas</b>
20	– Decreto-lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro	Alteração ao regime de custas judiciais
21	– Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto	Alterações ao regime de organização e funcionamento dos tribunais judiciais
22	– Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro	Alterações ao Código de Execução de Penas e medidas privativas de liberdade
23	– Lei n.º 26/2010, de 30 de Agosto	<b>Introduz algumas alterações ao Código do Processo Penal, incluindo ao regime do segredo de justiça, no artigo 86º</b>
24	– Lei n.º 20/2013, de 21 de Fevereiro	Introduz algumas alterações ao Código do Processo Penal, sem alterar o regime do segredo de justiça
25	– Declaração de Retificação n.º 21/2013, de 19 de Abril	Pequenas correções ao diploma anterior
26	– Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto	Altera o regime do segredo de Estado
27	– Lei n.º 27/2015, de 14 de Abril	Altera regime de suspensão provisória do processo
28	– Lei n.º 58/2015, de 23 de Junho	A pequena alteração derivada do regime legal do crime de terrorismo
29	– Lei n.º 130/2015, de 4 de Setembro	Alterações ao estatuto da vítima

**Fonte:** Código do Processo Penal